

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

**ANDREINA RAMOS COSTA**

**A WIPHALA COMO SÍMBOLO:** Um Olhar sobre a Luta Indígena e a Política na  
Bolívia de Evo Morales

São Luís

2025

**ANDREINA RAMOS COSTA**

**A WIPHALA COMO SÍMBOLO:** Um Olhar sobre a Luta Indígena e a Política na  
Bolívia de Evo Morales

Monografia apresentada ao Curso de História da  
Universidade Federal do Maranhão, para a obtenção de  
grau de licenciatura em História.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup>. Dra. Fernanda Rodrigues Galve

São Luís

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ramos Costa, Andreina.

A Wiphala como Símbolo: Um Olhar sobre a Luta Indígena e a Política na Bolívia de Evo Morales / Andreina Ramos Costa. - 2025.

55 p.

Orientador(a): Fernanda Rodrigues Galve.

Curso de História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Wiphala. 2. Bolívia. 3. Indígena. 4. Política.  
I. Rodrigues Galve, Fernanda. II. Título.

**ANDREINA RAMOS COSTA**

**A Wiphala como Símbolo: Um Olhar sobre a Luta Indígena e a Política na  
Bolívia de Evo Morales**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade  
Federal do Maranhão, para a obtenção de grau de licenciatura em  
História.

Aprovada em:    /    /

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Fernanda Rodrigues Galve (Orientadora)

Doutora em História

Universidade Federal do Maranhão

---

(Examinador)

Universidade Federal do Maranhão

---

(Examinador)

Universidade Federal do Maranhão

## RESUMO

A ascensão à presidência de Evo Morales em 2005 marcou mudanças dentro do cenário político e social da Bolívia. Sendo o primeiro presidente indígena, é uma prova de como as populações indígenas lutaram e resistiram contra uma política de apagamento promovida por séculos de uma política colonial e dominadora. Esse trabalho busca analisar a wiphala como símbolo político e de resistência dos povos indígenas dentro do cenário político boliviano, onde busca analisar esse símbolo não apenas como um simples ornamento, mas como representação da cosmovisão andina e da luta e reafirmação desses povos. Busca-se analisar sobre a construção da identidade indígena dentro do cenário político e como o golpe de 2019 contra Evo Morales impacta negativamente séculos de luta e mobilização e utilizando autores como Roger Chartier (2002), Silvia Rivera Cusicanqui (2010) e Fausto Reinaga (2010)

**Palavras-chave:** Wiphala; Povos indígenas; Bolívia; Símbolo político; Resistência. Política.

## **ABSTRACT**

The rise to the presidency of Evo Morales in 2005 marked changes within Bolivia's political and social landscape. As the first indigenous president, he is proof of how indigenous populations fought and resisted against a policy of erasure promoted by centuries of colonial and domineering politics. This work seeks to analyze the wiphala as a political symbol and symbol of resistance for indigenous peoples within the Bolivian political landscape, where it seeks to analyze this symbol not only as a simple ornament, but as a representation of the Andean worldview and the struggle and reaffirmation of these peoples. It seeks to analyze the construction of indigenous identity within the political scene and how the 2019 coup against Evo Morales negatively impacts centuries of struggle and mobilization, using authors such as Roger Chartier (2002), Silvia Rivera Cusicanqui (2010), and Fausto Reinaga (2010).

Keywords: Wiphala; Indigenous peoples; Bolivia; Political symbol; Resistance. Politics.

## Sumário

|                                                                                                       |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. INTRODUÇÃO .....                                                                                   | 11 |
| 2. Os direitos indígenas na Bolívia, da Colônia à República.....                                      | 15 |
| 3. Da ascensão ao golpe, a jornada de Evo Morales como o primeiro presidente indígena da Bolívia..... | 26 |
| <b>3.1 A ascensão de Evo Morales</b> .....                                                            | 27 |
| <b>3.2 As questões indígenas e a oposição</b> .....                                                   | 30 |
| 4. Wiphala, simbologia e resistência ao golpe de 2019.....                                            | 38 |
| <b>4.1 Indianismo, Indigenismo e os movimentos sociais bolivianos</b> .....                           | 38 |
| <b>4.2 Wiphala e seu significado</b> .....                                                            | 40 |
| <b>4.3 A wiphala em 2019</b> .....                                                                    | 44 |
| REFERÊNCIAS .....                                                                                     | 53 |

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                          |    |
|--------------------------------------------------------------------------|----|
| FIGURA 1 – MAPA DO TERRITÓRIO INCA OU TUHANTISUYO.....                   | 18 |
| FIGURA 2 - RECONPILACIÓN DE LEYES DE LOS REINOS DE LAS ÍNDIAS .....      | 19 |
| FIGURA 3 - CHAKANA OU CRUZ ANDINA .....                                  | 41 |
| FIGURA 4 - APOIADORA DE EVO MORALES COM A BANDEIRA WIPHALA.....          | 42 |
| FIGURA 5 - BANDEIRA WIPHALA SENDO QUEIMADA E RASGADA PELA OPOSIÇÃO ..... | 45 |
| FIGURA 6 - POLÍCIA E MILITARES CONTRA MANIFESTANTES EM CHAPARE .....     | 46 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                  |    |
|--------------------------------------------------|----|
| TABELA 1 - ELEIÇÃO BOLIVIANA 2005 .....          | 27 |
| TABELA 2 - RELIGIÕES NA BOLÍVIA .....            | 33 |
| TABELA 3 - COMUNIDADES INDÍGENAS BOLIVIANAS..... | 40 |

## 1. INTRODUÇÃO

O processo de dominação europeia durante o século XVI até XIX no continente americano resultou imposição de um modelo eurocêntrico que marginalizou e invisibilizou os povos originários. A lógica colonial não se restringiu à exploração econômica e à apropriação territorial, mas estendeu-se à cultura, religião e formas de organização social e identidade desses povos. Tal modelo, se sustenta por uma estrutura de poder racista que impôs a desvalorização sobre os saberes e símbolos originários que contribuiu para o silenciamento das vozes indígenas por longos séculos.

A resistência indígena nunca foi algo inexistente, desde os primeiros contatos entre colonizadores e indígenas, os atos contra a dominação e apagamento dos povos indígenas se fez presente por toda América Latina, sendo elas armadas ou simbólicas, as vozes dessas populações, por maior que fosse a tentativa de oprimi-las por meio de combates as revoltas indígenas como a de Tupac Amaru e a forma com a qual ela terminou, com seu corpo desmembrado e enviado como mensagem. Apesar disso, as tentativas de opressão do colonizador nunca foi o suficiente para de fato abafar suas reivindicações, independente da época que fossem feitas.

A Bolívia destaca-se por ser um território de expressiva diversidade étnica e geográfica, os atos de resistências se transformam ao longo do tempo se moldando aos novos contextos sociais, econômicos e culturais. Nesse contexto, a wiphala emerge como um símbolo indígena de origem andina, relacionado à unidade e resistência dos povos do altiplano.

A wiphala consolidou-se, especialmente a partir da década de 1970, como um importante emblema no contexto boliviano, impulsionado pelas mobilizações indígenas e campesinas frente a governos autoritários e excludentes. Esse símbolo tornou-se um marco das práticas de resistência política e cultural, representando as lutas por reconhecimento e participação social dos povos indígenas.

A wiphala vai além de uma bandeira, ela é um símbolo que carrega consigo a cosmovisão indígena baseado em seus princípios voltados a harmonia, coletividade e respeito a natureza. Cada cor tem uma representação importante dentro dessa

cosmovisão, como veremos adiante e representando a conexão entre os povos indígenas andinos, mostrando a força dessas comunidades.

Movimentos organizados, como o MRTK (Movimento Revolucionário Túpac Katari) e o MITKA (Movimento Índio Túpac Katari), foram fundamentais nesse processo, contribuindo para a formação de novos sujeitos políticos e o fortalecimento da identidade andina no cenário político nacional. A eleição de Evo Morales em 2005, o primeiro presidente indígena da Bolívia, e a promulgação da Constituição do Estado Plurinacional em 2009 marcam uma ruptura simbólica e institucional com modelos históricos de exclusão.

Neste contexto, a wiphala adquire centralidade como símbolo de resistência e transformação social, tornando-se referência visual e política de uma nova proposta de Estado. Assim, este trabalho tem como objetivo central compreender a relevância da wiphala enquanto símbolo de resistência indígena, analisando seu impacto político e cultural na Bolívia contemporânea, representando assim não apenas o passado desses povos, mas também a esperança de um futuro melhor pautado na autodeterminação e justiça.

O estudo abordará os direitos indígenas desde o período da colonização até o atual contexto republicano (XVI – XXI), com uma análise de longa duração que busca compreender como a relação de poder foi historicamente construída e, sobretudo, contestada pelos próprios povos originários. A análise partirá de uma perspectiva decolonial, considerando os processos de resistência e as transformações políticas ocorridas a partir da ascensão de Evo Morales ao poder.

Além disso, será discutido o significado histórico e político da wiphala, sua apropriação e valorização no discurso político boliviano e sua utilização como símbolo representativo no novo modelo estatal. A reflexão sobre essa bandeira permite compreender, de maneira mais profunda, as disputas identitárias e os conflitos culturais presentes na Bolívia.

Esta pesquisa adota a teoria da História dos Subalternos de acordo com as perspectivas dos povos indígenas e analisando os processos pós-colonial e a negligência e apagamento de grupos marginalizados, neste caso os indígenas, sendo também articulados com a História Cultural e o objetivo desse trabalho de analisar a

wiphala como um símbolo de resistência. Para isso, será utilizado como referencial teórico Silvia Rivera Cusicanqui (2010) e Roger Chartier (2002).

Autores como Fausto Reinaga (2010), Everaldo de Oliveira Andrade (2019) e Boaventura de Sousa Santos (2009) serão utilizados como base historiográfica para embasar a análise, uma vez que suas contribuições permitem compreender os processos de construção identitária e os desafios enfrentados pelas sociedades indígenas latino-americanas.

No campo metodológico, este trabalho adota uma perspectiva qualitativa e se baseando na análise de fontes primárias (discursos, documentos oficiais, imagens) e secundárias (artigos, livros, entrevistas) e dessa forma compreender os sentidos atribuídos a wiphala em diferentes contextos históricos e sociais.

O estudo da wiphala e sua relação com os processos políticos e culturais, que não ocorrem apenas na Bolívia, apesar do trabalho focar primordialmente no país, mas em outros países da América Latina, marcado por séculos de dominação e que ainda sofre com imposições de um novo dominador, os Estados Unidos, que afeta o processo de construção e autodeterminação desses povos e que buscam romper com os moldes coloniais e liberais e reconstruir uma nova narrativa onde esses povos, historicamente excluídos, seja incluídos em uma nova narrativa histórica, social e econômica.

O primeiro capítulo desse trabalho iremos avaliar sobre os direitos indígenas ao longo dos séculos XVI ao XIX, passando pela colonização até a primeira fase da república e trazendo algumas questões do início do século XX para entendermos como a ascensão de Evo Morales (2006) e trabalhar assim, no capítulo dois sobre as mudanças políticas, a formação do Estado Plurinacional e como a oposição se comporta com essas mudanças. O capítulo três trará mais a fundo as questões da wiphala, entender seus significados e importância para as comunidades indígenas e sobre os protestos de 2019 com a renúncia de Morales, analisando os atos realizados tanto pela oposição quanto apoiadores e como isso afetou as questões sociais e políticas do país tendo em vista os discursos da oposição em relação a wiphala.

Logo esse trabalho busca analisar a wiphala como um símbolo político em disputa, explorando sua trajetória até entender sua relação com o governo de Morales

e como tal emblema se torna um símbolo nacional e o que isso significa para as populações indígenas.

A escolha desse tema se justifica não apenas pela importância deste símbolo dentro do cenário boliviano, mas também nos debates políticos crescentes em toda a América Latina sobre as populações originárias e como ocorre o diálogo entre a utilização da wiphala e outros países latino-americanos.

Eleger um presidente indígena marca uma sucessiva série de mudanças constitucionais para a formação do Estado Boliviano, entre elas a formação de um Estado Plurinacional, a presença indígena nos mais amplos cargos do governo e o que leva ao ponto chave desse trabalho que é o golpe de 2019 e a ruptura do estado plurinacional e os ataques aos direitos indígenas que demoraram tanto para serem conquistados. Ao mesmo tempo que revela como a memória e identidade indígena se articula através de símbolos.

## **2. Os direitos indígenas na Bolívia, da Colônia à República**

Desde a invasão dos espanhóis no século XVI ao atual território em que hoje se encontra a Bolívia, as consequências de sua dominação jamais forem reconhecidas ou reparadas como deveriam. A história boliviana é marcada por uma série de tentativas de golpes após sua independência da Coroa Espanhola e uma clara repressão aos povos indígenas cujo seus direitos eram decididos por europeus e seus descendentes. Para muitos, a ascensão de um presidente de origem indígena é vista como uma forma de pensar sobre a atuação dos povos originais e suas ações políticas no continente americano, um “giro descolonial” como coloca Nelson Maldonado – Torres. A ruptura do Estado com o sistema colonial enraizado na história do país, mostra uma nova mudança nesse sistema racista, patriarcal e elitista para um novo sistema de bases mais significativas marcadas pelos movimentos revolucionários.

A colonização ibérica na América Latina (século XVI até XIX) é parte de um processo histórico de imposição de um modelo civilizatório europeu que sistematicamente anulava os direitos e existências dos povos indígenas, causando assim a exploração e o genocídio desses povos. “As experiências culturais e epistemológicas que se não adequavam aos objetivos da dominação colonial foram marginalizadas e esquecidas.” (SANTOS, 2009). Ou seja, nesse contexto a colonização opera como um sistema epistêmico, além da “destruição física” desses povos, também destruiu, marginalizou e se apropriou dos saberes indígenas e os ressignificou sob o olhar eurocêntrico.

Na prática, esses direitos simplesmente não existiam. Os povos originários tiveram suas terras invadidas, saqueadas e exploradas; foram dizimados, escravizados e submetidos a um sistema de dominação brutal. A ausência de direitos não era casual ou acidental, mas parte de um sistema colonial estruturado na exploração e apagamento cultural destes povos.

As violências aplicadas foram justificadas com base no discurso religioso e jurídico, aplicada como uma ação civilizatória, que os europeus estavam de acordo já que essas populações eram vistas como seres sem alma e sem ela estariam longe de Deus.

A dominação colonial não se limitou apenas a exploração econômica e a imposição política, mas também operou de maneira profunda no campo simbólico e epistemológico. Anibal Quijano argumenta que o colonialismo instaurou uma lógica de poder que reorganizou as formas de conhecimento, linguagem, subjetividade e cultura dos povos colonizados, subordinando-os aos valores e interesses europeus. Para o autor, resulta em um processo sistemático de silenciamento e exploração cultural dos povos indígenas latino-americanos, sobretudo no contexto da América Ibérica. Como explica Quijano:

[...] Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas – entre seus descobrimentos culturais – aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. A repressão neste campo foi reconhecidamente mais violenta, profunda e duradora entre os índios da América ibérica, a que condenaram a ser uma subcultura camponesa, iletrada, despojando-os de sua herança intelectual objetivada. [...] Em terceiro lugar, forçaram – também em medidas variáveis em cada caso – os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo em que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente tecnológica. É este o caso da religiosidade judaico-cristã. Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura (QUIJANO. 2005. p.121).

Essa análise de Quijano é fundamental para a compreensão de como a dominação colonial vai além do plano físico, ela atinge as estruturas mais íntimas da identidade dessas populações, moldando não apenas suas formas de viver, mas também de pensar, crer e se expressar.

Os poucos "benefícios" concedidos aos indígenas não passavam de estratégias de controle e subjugação. Tratava-se, na verdade, de mecanismos de coerção para mantê-los sob domínio, forçando-os a abandonar suas línguas, culturas e modos de vida, que foram gradualmente destruídos ou apropriados pelo colonizador.

Compreender a construção e a luta pela garantia desses direitos exige uma análise da relação entre os povos originários e a elite branca boliviana, principalmente nesse ponto que se encontra durante a colonização, entre os séculos 16 ao 19. Como essa dinâmica se desenvolveu ao longo do período colonial e republicano? Quais conquistas foram alcançadas ao longo do período colonial e republicano da Bolívia?

O atual território boliviano fez parte do Império Inca até a chegada dos colonizadores europeus. Com a invasão espanhola, passou a integrar o Vice-Reino do Peru, tornando-se colônia entre 1535 e 1824. Desde os tempos mais remotos, essa região sempre abrigou uma grande diversidade de povos e culturas indígenas que viviam sob o domínio Inca.

O artigo de Alejandro Manuel Hoss – Kuschel análise a obra de Ramelli (Revista Campo História, 2022) sobre as alianças entre os colonizadores e os caciques andinos, sobre os intermédios e coletas de tributas e as alianças que resultaram em questões estratégicas de “triunfar sobre seus rivais autóctones”.

As alianças se mantinham fortes principalmente porque os caciques abraçaram os costumes europeus e se converteram ao cristianismo. Para eles, uma forma de se verem livres do domínio incaico e para os espanhóis uma forma de conseguir controle na forma de trabalho e na conquista de outros povos e dominação das minas de ouro e prata.

O papel desses caciques se dava de uma “manutenção” de uma antiga forma de administração inca. Antes da dominação europeia, o atual território boliviano fazia parte do Império Inca, um dos maiores da época pré-colombiana, Raminelli descreveu isso como uma garantia de “controle das terras indígenas pelos próprios caciques”.

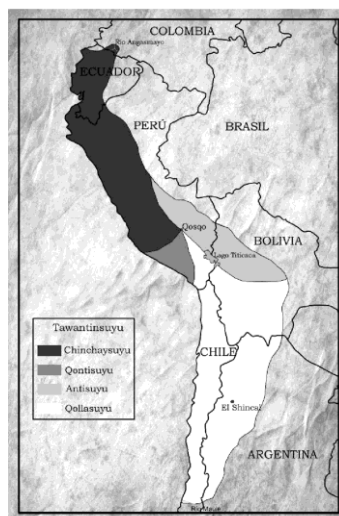
Essa relação de poder era apenas mais um modelo complexo da dominação europeia sobre esses povos. Se utilizavam de uma modelo parecido, já que o Império Inca com seu processo de expansão aplicava sobre os povos dominados uma espécie de “autonomia” sobre seus antigos territórios. Poderiam estar sobre a dominação de um Império, mas de certa forma contribuía para a defesa e economia do mesmo.

É importante destacar que o processo de dominação Inca sobre outros povos andinos, que viriam a fazer parte da sua sociedade, se diferencia da dominação europeia. A estrutura de poder do Império incaico pode-se analisar como recíproca com estes povos. O processo de exploração se instaura justamente com a chegada dos europeus. Não significa que os conflitos eram inexistentes, mas um método de enfraquecimento de um império tão grande como o Império Inca, problemas internos se tornaram mais eficientes para a fragilidade desse sistema. E isso marca não apenas uma mudança administrativa, mas a ruptura civilizatória que leva essa população a barbárie de um genocídio e exploração cometida pelo colonizador.

A organização administrativa inca se mostrava diversificada já que era formada, não apenas pelos incas, mas pelos povos que eles dominaram ao longo do tempo, sendo assim formado por uma diversidade de povos com línguas e costumes totalmente distintos. Por ser um império de grande extensão territorial era dividido em suyu (palavra em quíchua (língua oficial do Império Inca e que continua sendo falada por comunidades indígenas dos Andes) que significa “divisão” ou “região”) que formavam as unidades territoriais que em um todo era chamado Tahuantinsuyo (nome do Império Inca em quíchua.)

- O império então era formado por quatro dessas unidades:
- Chinchaysuyo – ao norte ou território dos Chinchas;
- Contisuyo – ao oeste ou território dos Kuntis;
- Antisuyo – ao leste ou território dos Antis;
- Collasuyo – ao sul ou território dos Collas;

Figura 1 – Mapa do território inca ou Tuhantisuyo



Fonte: Giovannetti, M. (2016). Fiestas y ritos inka en El Shincal de Quimivil. Ed. Punto de Encuentro. Buenos Aires. P. 40

O atual território boliviano, como podemos ver no mapa, fazia parte de metade do Collatisuyo, que possuía uma dupla direção dividida entre a influência inca e da etnia aymará (trabalharemos melhor sobre essas questões em capítulos seguintes). A diferenciação desse sistema de controle, e a localização, fez os dominadores terem dificuldades em conquistar os territórios, visto que mesmo sem a unificação dos grupos ali presentes, conseguiram resistir à invasão espanhola até o final do século XVI.

Com a conquista do território, esses grupos se viram obrigados a se submeter ao domínio europeu, no entanto com alguns privilégios fornecidos. Tais privilégios vinham com obrigações que deveriam ser cumpridas, como os pagamentos de tributos e recrutamento dos chamados mitayos (indígenas que eram "recrutados" para o trabalho nas minas de prata).

Iniciada no século XVII como preparação de um compilado de leis aprovadas pela Coroa espanhola e pelo Conselho das Índias para a América, em uma organização que durou mais de 40 anos e terminou em 1680 – Recopilación de Leyes de Los Reinos das Índias, um conjunto de normas em que se consolidou a estrutura jurídica da colonização e servindo como ferramenta para institucionalizar a subordinação das populações indígenas, a justificativa das práticas de conversão religiosa, exploração e controle econômico e territorial além de aplicar um modelo civilizatório com base na cultura europeia em detrimento da organização social dessas populações.

Figura 2 - Recopilación de Leyes de los Reinos de las Indias



Fonte: Biblioteca Nacional do Chile

A obra possui o total de 9 volumes, que tratam desde questões administrativas, religiosas e econômicas. O volume 6 da obra vai tratar principalmente de questões envolvendo os indígenas.

As leis propostas pretendiam aplicar regras mais “humanas” enquanto a questão de convivência entre colonos e nativos, mas também sobre a questão do trabalho indígena e catequização desses povos e também deixava explícito que a resistência ao domínio espanhol teria consequências severas, mas a subserviência seria recompensada com privilégios.

Aqueles que se comportassem poderiam conseguir a condição de homens livres e ir as escolas missionárias, mas no caso dos rebeldes a pena seria a escravidão. Semelhante a “guerra justa” na América portuguesa, onde os indígenas capturados em conflitos se tornavam escravizados, já que como na América espanhola, era justificada por uma lei, e apesar das leis de “proteção”, não eram cumpridas que resultaram em uma série de abusos e mortes de indígenas aos longos dos anos de colônia.

Para Eduardo Galeano, a colonização foi marcada por uma lógica de extermínio e exploração que atravessou séculos, como evidenciam os trechos abaixo:

Os índios das Américas somavam não menos do que 70 milhões ou talvez mais, quando os conquistadores estrangeiros apareceram no horizonte; um século e meio depois estavam reduzidos tão só a 3,5 milhões (GALEANO, 2010, op. Cit, Ribeiro e outros, p 62).

A Coroa considerava tão necessária a exploração desumana da força de trabalho aborígine que, em 1601, Felipe III ditou regras proibindo o trabalho forçado nas minas e, ao mesmo tempo, enviou instruções ordenando que fosse continuado ‘se aquela medida afetasse a produção (GALEANO, 2010, p. 63).

Isso demonstra que o projeto colonial europeu, longe de ser apenas uma imposição política ou religiosa, também se sustentou por uma lógica de destruição em massa, motivada por interesses econômicos e articulada ao racismo institucionalizado. A drástica redução dessas populações e a hipocrisia das leis de “proteção” mostram como o colonialismo operava por meios da negação da humanidade dos povos originários.

As revoltas indígenas não foram poucas, mas foram duramente reprimidas com força antes de tomar grandes proporções. Darcy Ribeiro, citado por Eduardo Galeano, afirma que “os indígenas eram o combustível do sistema produtivo colonial” (apud GALEANO, 2010, p.69), destacando assim o papel central atribuído a exploração da mão de obra indígena na sustentação da economia colonial.

Entre uma das grandes revoltas indígenas podemos destacar a de Tupac Amaru II (1780 – 1783). Sendo descendente direto de imperadores incas, José Gabriel Condorcanqui, liderou a rebelião em reivindicação ao fim do controle espanhol e reivindicação das heranças ancestrais, sendo contra os impostos abusivos e pelo fim da escravidão indígena. Tupac Amaru se destacou como líder da rebelião onde hoje se encontra o atual território do Peru. Outro símbolo de resistência da época, influenciado por Amaru, foi Tupac Catari, líder da revolta na atual região da Bolívia. As revoltas duramente sufocadas, seus líderes torturados e mortos como símbolos de uma lembrança para que não tentassem mais se levantar contra seus dominadores.

Como em todo território americano, as lutas de independência começaram a ganhar força no século XVIII. Em 1825, Simon Bolivar foi o símbolo da luta pela independência na América espanhola, sendo inspirados pelas revoluções nos Estados Unidos, França e Haiti.

O fim do sistema colonial e início de uma república, inspirada nos moldes de outras que visavam a igualdade entre povos, era de se esperar mudanças enquanto as etnias indígenas estavam presentes no continente. Para as classes mais baixas o temor de que nenhuma mudança concreta acontecesse era aceitável. Mesmo com os levantes indígenas e das outras classes à margem da sociedade, as revoluções sempre estavam em detrimento das classes mais favorecidas que se sentiam prejudicadas com a interferência da Coroa, mas ainda não via a base da pirâmide social como iguais.

Com o fim do domínio espanhol, Bolivar assume em 1825 e decreta o fim tributo indígena que naquele momento se mostrava a base da economia local. Ao longo dos anos de dominação, as minas de ouro e prata começaram a secar e a Coroa tinha que lucrar de alguma forma, e a solução foi a continuação dos tributos. O fim dos tributos por Bolivar significaria também o fim dos privilégios dos caciques. O sistema de tributos se manteve, mas sob controle do Estado. Como apontado a seguir:

“Portanto, o tributo indígena representou uma porcentagem significativa dos ingressos do tesouro nacional, ironicamente, numa nação que deu as costas a mais da metade da população, excluindo-a do voto, dos direitos de cidadania básica e dos serviços públicos” (REVISTA CAMPO HISTÓRIA, 2022, p. 343).

Manter os tributos demonstra como a estrutura colonial se manteve, se adaptando aos interesses da elite *criolla*. A independência apenas institucionalizou

novas formas de exclusão dessas populações, dessa forma perpetuando a desigualdade e o racismo.

O processo de industrialização ao longo do século XIX, principalmente a partir dos anos 1860, mostra os declínios não só na economia, mas nos direitos da população indígena. Em 18667, uma lei foi criada para despojar os indígenas de suas terras, onde aquelas quem quisesse mantê-la deveria pagar um valor entre 25 a 100 pesos, caso não ocorresse a terra passava a ser de propriedade do Estado e este por fim poderia vender para quem quisesse comprar.

A apropriação dessas terras e a venda para a elite branca tinha o intuito a formação dos latifúndios com a crença de modernizar a agricultura, mas junto dessa “modernidade” estava vinculada o trabalho semelhante ao trabalho de servidão se utilizando de um discurso etnocêntrico de que os indígenas eram ignorantes e, portanto, não saberiam trabalhar de forma moderna na terra, sempre atrasando a produção e evolução econômica do país. Com as terras tomadas, a única opção era trabalhar para a elite rural em um sistema não muito diferente do sistema colonial.

As tentativas do governo de modernizar as terras não deram certo e a situação resultou em uma série de crises no governo durante os anos de 1860 e 1890, resultando na insatisfação dos indígenas camponeses eclodindo em uma revolta no ano de 1899 liderada por Zárata Willca.

Willca era apoiador do exército liberal, que era contra o governo da época que era formado principalmente pela ala militar do país. O líder do exército liberal era José Manoel Pando e a aliança com Willca, resultou na deposição do governo e ascensão de Pando ao poder.

O novo governo deveria enfrentar algumas situações como a questão da terra e da educação indígena. A questão do desmonte educacional das populações indígenas se mostrava como uma oportunidade de repressão de revoltas e da não participação desses sujeitos na vida pública.

Um ponto importante sobre a educação boliviana se destaca na constituição de 1880, na Quinta seção da cidadania: “Artigo 33 – para ser cidadão é necessário: [...] 3. Saber ler e escrever e possuir imóveis ou renda anual de duzentos bolivianos, que não provenha de serviços prestados na classe doméstica.”

Esse trecho da constituição só demonstra todos os processos feitos pela elite para que a classe indígena não consiga garantir seus direitos. Não possuíam imóveis nem terras pois trabalhavam nas terras dos latifundiários em um sistema semelhante ao feudal, onde esses senhores lhes “davam” uma porcentagem de suas terras em troca do trabalho, muitos não tinham acesso à educação e consequentemente não tinham direito ao voto ou a participação política. Leis criadas apenas como forma de subjugar mais uma vez essa população.

O interesse das comunidades indígenas levou eles mesmos a criação de escolas comunitárias, algumas vezes com interferência do governo e imposição do catolicismo nessas escolas como uma forma de amenizar as pressões indígenas.

Outra forma de apaziguamento foi a reutilização dos “caciques coloniais” (chefe político indígena que mantinha relações entre os interesses das comunidades locais e a administração colonial), e se utilizando do mesmo papel que exerciam na época da colônia, mas agora como uma ligação entre o governo e as comunidades.

Quando chegamos ao século XX, as mudanças políticas bolivianas mostram um desgaste enquanto a manutenção das oligarquias locais e do crescimento das manifestações indígenas e dos movimentos indigenistas influenciados principalmente pelas ideias comunistas que estavam ganhando força no início do século.

A Crise de 1929 e a Guerra do Chaco (1932-1935) - conflito entre Paraguai e Bolívia pela disputa do Chaco Boreal, uma região estratégica que para a Bolívia resultaria em acesso a bacia do Rio da Prata e para o Paraguai, uma região importante para pecuária - faz com que a economia boliviana fique ainda mais enfraquecida, causando assim crises nas elites rurais e mineradoras o que acabam resultando em sucessivas crises políticas, sociais e econômicas, e que como consequências de crises capitalistas, são sempre a base da sociedade que sentem a pressão.

Embora a participação indígena tenha sido significativa na Guerra do Chaco, o envolvimento dessa população não resultou na inclusão destes nos setores sociais e políticos da Bolívia. De acordo com Andrade:

Um dos principais motivos da derrota boliviana foi, inegavelmente, a própria estrutura econômica e social do país. Os índios aimarás e quéchuas continuaram segregados e humilhados pelos brancos e mestiços, mesmo nos campos de batalha. [...] A guerra não significou uma integração do índio à nação; pelo contrário, reafirmou toda a estrutura social de opressão, que ele

já conhecia, e aprofundou ainda mais o fosso que separava a elite burguesa branca da maioria indígena ou mestiça (ANDRADE, 2007; p 30)

Isso evidencia como o racismo estrutural e a profunda desigualdade social do país no início do século XX impossibilitava avanços reais dessas populações. A Guerra do Chaco serviu para aumentar a marginalização indígena e reforçar a exclusão que sustentava o poder da elite boliviana. Essa situação constitui uma parte essencial do processo histórico de formação do Estado boliviano, onde as populações indígenas foram raramente reconhecidas como cidadãos.

O fim da Guerra do Chaco resulta na volta dos militares ao poder e o surgimento de novos partidos políticos: Partido Obrero Revolucionário (POR) de bases marxistas; Falange Socialista Boliviana (FSB) de base nacionalista-fascista; Movimento Nacionalista Revolucionaria (MNR) de base nacional-socialista. As mudanças políticas do período também podem destacar as iniciativas de políticas em relação aos indígenas.

A Revolução de 1952, com outras que aconteceram na América Latina no início do século XX, tinha o intuito de romper com o tradicionalismo e as antigas formas de governo, a ascensão do MNR tinha a mesma proposta de rompimento com a política tradicional e fim da exclusão indígena, quando na realidade houveram poucas mudanças:

[...] o número de comunidades indígenas decresceu de aproximadamente 11 mil para 3.799, enquanto o número de famílias sem nenhum tipo de propriedade, individual ou coletiva, já era muito superior ao de camponeses comunitários. Apenas 615 propriedades detinham nesse ano cerca de 50% das áreas de cultivo, enquanto 51.198 pequenas propriedades (60% do total) ficavam com apenas 0,22% das áreas de cultivo (ANDRADE, 2007; p 50).

A má distribuição de terras fez o governo, sob pressão da Central Obrera Boliviana (COB), iniciar uma reforma agrária no país em 1953. O decreto de lei da reforma agrária tinha como primeira tentativa a resolução do trabalho no campo que se mantinha igual desde a época da colônia.

A questão da terra é muito importante quando se trata das questões políticas bolivianas, ambas estão correlacionadas da mesma forma que falar de qualquer questão indígena de outro país. A reforma agrária, apesar de não surtir o efeito desejado, ainda foi responsável pelo sufrágio universal, permitindo que qualquer cidadão boliviano maior de 21 anos pudesse votar independente de gênero ou classe social.

Essas trajetórias demonstram uma exclusão sistemática dessas populações como parte do projeto colonial e republicano. O domínio espanhol impôs uma ordem racial e social que legitimava a exploração da mão de obra indígena. A figura do indígena dentro do contexto social sempre foi reduzida à uma condição de dominado e tolerado enquanto servia para a exploração e útil a economia colonial.

A república surge na esperança do rompimento com as estruturas coloniais, mas ao contrario disso manteve os indígenas a margem do projeto republicano e daquilo que consideravam como civilidade.

Dessa forma podemos perceber que os projetos indígenas não evoluíram de forma linear, mas que estiveram em constantes disputas, mostrando que as rupturas não acompanham as transformações estruturais.

A herança de exclusão será fundamental para a compreensão das emergências dos movimentos indígenas no século XXI e como os símbolos se reposicionam e a formação dos discursos que será abordado nos capítulos seguintes.

### **3. Da ascensão ao golpe, a jornada de Evo Morales como o primeiro presidente indígena da Bolívia**

A ascensão de Evo Morales à presidência da Bolívia, em 2006, representa um marco na história política do país e, mais amplamente, na história da América Latina. Como primeiro presidente indígena eleito do país e o primeiro do continente. Sua eleição não foi apenas um fenômeno eleitoral, mas também marca mudanças de séculos de lutas sociais, principalmente aquelas protagonizadas pelas populações indígenas.

Morales inaugura uma nova etapa no cenário constitucional boliviano, o projeto de Estado Plurinacional, busca romper com a ótica colonial e eurocentrada do país, onde a proposta reivindicava o reconhecimento das diversidades étnicas, políticas, culturais e linguísticas do país.

Essas mudanças buscaram incluir os sujeitos historicamente marginalizados e esquecidos (indígenas, mulheres, camponeses, movimentos sociais, por exemplo). No entanto, essas mudanças enfrentaram, e enfrentam, uma série de resistências promovidas pelo setor conservador da sociedade (formado por brancos, da burguesia e da ala religiosa do país) que reagiram com forte aversão às mudanças sociais, políticas e religiosas propostas da nova Constituição de 2009.

A tensão entre as reformas do governo e a oposição acabou se intensificando ao longo dos anos, produzindo assim desgastes e crises ao governo de Morales. A renúncia do presidente indígena no ano de 2019, ocorrida pela pressão das Forças Armadas, acabou gerando mais crises dentro do país. Seus apoiadores declararam que sua renúncia se tratou de um golpe, a oposição como uma restauração da democracia. A questão é que justamente a ascensão da oposição no governo boliviano, coloca os direitos conquistados com muita luta em uma séria crise, pois começam a ser questionados.

Este capítulo, portanto, busca analisar o processo de ascensão de Morales, o surgimento do Estado Plurinacional e os conflitos durante seus anos como presidente, abordando os avanços e desafios presentes no país durante esse período.

### 3.1 A ascensão de Evo Morales

Ao longo das décadas, passando por uma série de desgastes políticos criados por instabilidades e excluindo as minorias do país, principalmente a população indígena, o ano de 2006 foi um marco de mudanças quando se trata dessas questões.

Em 2005 ocorreu as eleições no país, com três nomes principais concorrendo ao cargo de presidente: Samuel Doria Medina (UN), Jorge Quiroga Ramírez (PODEMOS), e Evo Morales Ayma (MAS-IPSP).

Tabela 1 - Eleição boliviana 2005

| Candidato             | Porcentagem | Total de Votos |
|-----------------------|-------------|----------------|
| Evo Morales Ayma      | 53,74%      | 1,544,374      |
| Jorge Quiroga Ramírez | 31,3%       | 821,745        |
| Samuel Doria Medina   | 8,1%        | 224,090        |

Fonte: Gazeta do Povo, 20 de fevereiro de 2005

A tabela 1 traz um demonstrativo com os percentuais de cada candidato na eleição boliviana de 2005 na qual Evo Morales foi eleito com 53,74% dos votos. Sua vitória marcou um ponto de inflexão na história política do país por ser o primeiro indígena a ocupar o cargo de presidente do país. Sua vitória mostra a força e apoio popular que ele tinha nessas eleições.

A vitória de Morales não representou apenas uma vitória eleitoral, mas uma ruptura com a estrutura de poder neoliberal de seus antecessores. Morales, tornou-se um símbolo de um projeto político cujo foco é as populações indígenas de seu país.

Uma ruptura com o modelo colonial e liberal, onde esses povos, antes marginalizados, acabam assumindo protagonismo político.

A vitória de Morales marca a história do país, sendo ele o primeiro presidente indígena da Bolívia. Morales é indígena da etnia eru-aimará, antes líder sindical dos chamados *cocaleros* - cultivador de coca e também pode se referir ao movimento social de cocaleros na Bolívia que se organizou contra a tentativa de erradicação das plantações de coca do país - e teve um governo marcado principalmente com ações da população indígena boliviana.

A ascensão de um presidente indígena marca muitas mudanças, sobretudo políticas que vão na contramão do antigo governo. Mariana Bruce utiliza o termo “giro descolonial” definido por Nelson Maldonado-Torres para se referir a uma série de movimentos na América Latina que estava se desprendendo do seu passado político, social e econômico enraizado desde a colônia e mantido por influências estadunidenses na região.

Durante os anos 1980 e 1990, a América Latina acaba passando por um processo chamado “Onda Azul”, termo utilizado para se referir a que países da região eram influenciados por uma onda neoliberal financiada por países capitalistas, sobretudo os Estados Unidos. Por conta disso, ao final da década de 1990 e início dos anos 2000 se iniciava, na Europa, um novo movimento que ia na contramão de todas as medidas neoliberais praticadas por países capitalistas. No caso da América Latina esse movimento ficou conhecido por “Onda Rosa” onde se aplicavam medidas de estatização, políticas de segurança social e trabalhistas que caracterizavam os novos governos de esquerda em ascensão na América Latina.

Entre alguns governos da “Onda Rosa” podemos destacar Hugo Chávez (Venezuela), Lula (Brasil) e Evo Morales (Bolívia). O crescimento desses governos e dessas novas medidas políticas também estão ligadas ao crescimento de movimentos sociais e políticas decoloniais promovidas por estes mesmos movimentos, rompendo com ideais racistas e patriarcais, sobretudo uma maior atenção nas populações indígenas não só da Bolívia, mas de toda a América Latina.

Com a vitória de Morales em 2005, as mudanças logo começaram a serem feitas, iniciando com a nacionalização de diversos setores da economia como

mineração e eletricidade, criação de programas sociais como *Bono Juancito Pinto*, programa do governo que oferece pagamento anual a estudantes de escolas públicas como medida de incentivo à permanência escolar e assim reduzir a evasão escolar, e destaque também para o programa de alfabetização “*Yo, si puedo*”.

A reeleição de Morales em 2009 se caracterizou principalmente com a mudança de uma nova constituição e com ela a criação de do Estado Plurinacional Boliviano.

Os estados plurinacionais se constituem a partir de processos de alterações da legislação vigente onde o governo adota um modelo de Estado mais representativo se baseando nas superações das bases intolerantes do Estado Nacional. Os Estados Plurinacionais reconhecem as diversas nações e identidades dentro de seu território e assegura a participação desses povos pela Constituição Federal.

O Estado moderno, formado a partir do século XV, vem com a ótica de rompimento com sistema feudal e conseqüentemente com a figura do rei com o poder unificado onde se elimina os outros indivíduos do Estado e sua diversidade. Dentro do Estado Nacional, a construção de uma identidade é fundamental enquanto reconhecimento do poder do soberano. Como observa Magalhães:

O rei pertence a uma região do Estado, que tem uma cultura própria com a qual, claramente, ele se identifica, dificilmente em outro grupo, com outras características, com outra identidade, reconhecerá o seu poder (MAGALHÃES, 2008).

Na formação desse Estado se baseia na imposição de uma identidade que a população se vê obrigada a aceitar mesmo que não se identifique com essa nova identidade. Na Bolívia, esse modelo de Estado se impôs de forma violenta sobre os povos indígenas que silenciou suas formas de pertencimento e saberes, deslegitimando a pluralidade de nações preexistentes no território

Magalhães ainda ressalta sobre como essa imposição e a aceitação da população é construída através de alguns valores, como por exemplo, um inimigo. Ele usa como exemplo a Espanha, que se utilizava de um inimigo comum no século XV que eram os mouros e a criação do Estado se favorece pela união pela expulsão destes da região.

A construção do Estado Moderno está ligada a uma série de questões raciais, religiosas e patriarcais, que quando instaladas nas antigas colônias, se exclui toda uma formação cultural e religiosa desses povos. Os processos de independência na América foram marcados, sobretudo, pela preservação dos interesses da elite local descendente dos colonizadores, sendo assim as comunidades e etnias indígenas e a população preta e mestiça se viam à margem dos processos políticos e sociais dos estados recém construídos. Os direitos não eram para estas maiorias, a nacionalidade não era para essas pessoas. “Não interessava às elites que indígenas e africanos se sentissem nacionais” (MAGALHÃES, 2008).

A formação de um estado plurinacional se mostra contrária a todas as bases de construção do estado moderno. Como já visto antes, o estado se mantém com uma base ligada à religião e valores constitucionais como família e propriedade baseadas nas questões religiosas explícitas.

Para Magalhães a “uniformização e comportamentos” faz com que essas populações dominadas percam suas raízes, o que para ele se torna fonte de miséria e alienação dessa população. A questão enquanto construção do plurinacionalismo e a garantia de vivências dessas populações sem se enquadrar dentro de uma uniformização quanto às questões de valores sejam eles familiares, econômicos ou religiosos, onde se preserva e “admira” a diversidade étnica e cultural dos estados.

A constituição boliviana de 2008, foi aprovada por votação popular com cerca de 60% dos votos, as mudanças presentes na nova carta consistem em questões políticas e ampliações dos direitos e poderes dos povos indígenas, questões religiosas e territoriais.

### **3.2 As questões indígenas e a oposição**

A construção de um Estado – Nação esteve baseada na imposição de uma identidade cultural hegemônica, muitas vezes alheia às tradições e à diversidade cultural de povos que habitavam, e ainda habitam, tais territórios. Como Magalhães (2008) argumentou, a imposição de uma cultura específica dificulta o reconhecimento de outros grupos, que por sua vez acabam sendo marginalizadas e silenciadas conforme as organizações políticas e valores.

A ruptura com essa logica aparece na Constituição boliviana de 2009, onde se reconhece a existência pré-colonial de nações e comunidades indígenas. Como afirma o próprio texto constitucional:

Dada la existencia precolonial de las naciones y pueblos indígenas originario campesinos y su dominio ancestral sobre sus territorios, se garantiza su libre determinación en el marco de la unidad del Estado, que consiste en su derecho a la autonomía, al autogobierno, a su cultura, al reconocimiento de sus instituciones y a la consolidación de sus entidades territoriales, conforme a esta Constitución y la ley. (BOLÍVIA, 2009).

A constituição de 2009 busca mudar justamente as antigas questões sobre direitos e outras questões indígenas, onde essas comunidades passariam a ter participações no cenário político e social, com seus direitos e deveres preservados. É um marco jurídico e simbólico que redefine a noção, agora plural, reconhecendo a coexistência de diferentes identidades dentro do Estado.

Desse modo, a Constituição boliviana representa, não apenas uma mudança legal, mas uma mudança histórica onde se rompe com a tradição colonial e monocultural.

Em 13 de setembro de 2007, a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. O documento tem o objetivo de refletir sobre as reivindicações das populações indígenas de todo o mundo onde busca melhorias e reivindicações dessas populações no Estado. A declaração trata de questões como igualdade de direitos, proibição da discriminação e contribuição a diversidade.

Com a mudança constitucional a oposição do governo, formada principalmente pela elite branca boliviana que se beneficia dos moldes eurocêntricos, se mostrou contra a nova carta magna.

Entre os pontos de descontentamento da oposição está a questão da autonomia indígena e a questão da terra. A questão da terra é um assunto discutido, não apenas na Bolívia como em toda a América Latina, quando se trata dos povos indígenas levando em conta como esse discurso sempre se torna mínimo ao longo dos séculos.

“Se o capítulo das autonomias indígenas não for modificado, vamos ter mais de trinta diferentes comunidades com suas próprias normas. Como funciona num país assim? Difícil.”, fala de Luís Nuñez a BBC Brasil (2008). A oposição argumentava que a nova carta magna refletia interesse apenas do MAS (partido de Evo Morales) e dos povos indígenas e camponeses, se utilizando da desculpa de que artigos da constituição não abrangiam outros setores da sociedade.

Enquanto as questões econômicas do país, a constituição determinava sobre questões de o estado intervir em certas questões, continuando com as políticas estatais de Morales sob as empresas do país, indo na contramão da chamada “onda azul” onde se privatizava parte das empresas estatais.

Xavier Albo, em entrevista pra Folha de São Paulo em 2009, disse:

[...] A nova carta diz que a democracia tem de ir junto com o respeito ao pluralismo. Não só de opinião, mas de saber que o país está formado, desde antes da conquista espanhola, por povos diferentes e que, no caso da Bolívia, representa a maioria (ALBO, Folha de São Paulo, 2009).

Essa questão estabelece uma nova relação entre o Estado e a sociedade onde as populações indígenas não são mais apenas objetos políticos, mas também sujeitos constituintes desse novo projeto de Estado com voz e direitos reconhecidos. Dessa forma, a Constituição reinscreve a memória coletiva dessas populações e inaugura um novo modo de se pensar a democracia, poder e cidadania.

Essas transformações também acabam batendo de frente com um modelo religioso que se mantém desde a colônia. A oposição não vê com bons olhos essas mudanças constitucionais e menos ainda quando abordam temas como de religião.

A religião foi um dos principais pilares na formação dos estados latino-americanos, sendo usada como principal fonte de dominação sobre os povos originários: “La religión de los blancos es um instrumento de opresión y exploración del índio. (...) la tal religión no hacemás que bestializar al índio; bestializamos igual que el alcohol y la cola” (REINAGA, 2010, p.101).

O catolicismo transcende a esfera espiritual, ela adentra e influencia a identidade política do Estado, a jurisdição e a sociedade. A estrutura de poder entre religião e Estado é um elemento presente nas dinâmicas do país e ficam mais

evidentes quando entendemos como se dá a divisão da sociedade em relação às religiões praticadas no país, como vemos na tabela abaixo:

Tabela 2 - Religiões na Bolívia

| <b>Religião</b>        | <b>Porcentagem</b> |
|------------------------|--------------------|
| Católicos              | 78,9%              |
| Evangélicos            | 13,7%              |
| Outros cristãos        | 1,3%               |
| Religiões Tradicionais | 2,8%               |
| Ateus/Agnósticos       | 1,9%               |

Fonte: ACN – Aid to the Church in Need – 2019

Como mostra a tabela 2, a população boliviana é formada por 93,9% que está atrelada ao segmento cristão, seja ela católica ou protestante. O dado revela que a realidade religiosa do país é uma herança colonial do país, sendo essa utilizada como elemento civilizatório e disciplinador dos povos originários. A religião se torna um mecanismo de controle sobre aquela população. A questão religiosa foi outro ponto a ser discutido pela oposição e pelos membros da Igreja. Como mostra o trecho a seguir sobre as mudanças na laicidade do Estado|:

O Estado respeita e garante a liberdade de religião e de crença espiritual, de acordo com suas cosmovisões. O Estado é independente da religião (BOLÍVIA, 2009, art. 4).

A mudança ao desvincular o Estado da religião é de garantir respeito à diversidade espiritual presente no país, neste caso práticas espirituais indígenas que foram marginalizadas por séculos. Desse modo a construção de um Estado Plurinacional garante o pluralismo e igualdade, e fortalecendo a inclusão e princípios democráticos.

É indiscutível o quanto as religiões cristãs, sobretudo católica e protestante, se mantêm presentes nos processos políticos e sociais na América Latina. Uma região

dominada e controlada por governos ligados à Igreja, Portugal e Espanha, era de se esperar o quanto as decisões fossem tomadas influenciadas pelas crenças religiosas.

A declaração da laicidade boliviana serve para reforçar a ideia do plurinacionalismo do país, onde reconhece não apenas as religiões tradicionais. Com isso as religiões podem ser praticadas livremente, sem a proibição, discriminação e inviabilidade das práticas religiosas.

Além da questão do Estado laico, as críticas da oposição sobre a religião também estão ligadas a outros temas mais “sensíveis”, como aborto, comunidade LGBTQIA+, casamento entre pessoas do mesmo sexo, que de acordo com os conservadores não tinham como base e respeito às famílias bolivianas, e sobretudo as questões econômicas das igrejas, já que não desejavam que seus templos fossem declarados “uma fundação econômica e social para que não fiquem sujeitos à expropriação.” (Correio Brasiliense; 2009).

Apesar de todas as questões da oposição, a nova constituição foi aprovada por um referendo popular com o percentual de aprovação variando entre 58,3% e 61,43%.

### **3.3 O golpe de 2019**

A constituição de 2009 consiste em uma definição de governo que seria exercida de alguma forma representativa, participativa e comunitária. Um dos pontos mais discutidos foi a questão da eleição e reeleição, a constituição vigente na Bolívia até 2009 era a Carta de 1967 que tinha passado por uma série de reformas ao longo dos anos e consistia em pontos importantes como:

- Mandato de quatro anos para o presidente eleito;
- Sem reeleição imediata;

A nova constituição, de acordo com o artigo 168, era permitido uma única reeleição consecutiva para presidentes e vices, cada mandato possuía 5 anos cada. As mudanças promovidas pelo governo acabaram levando a um desgaste na política do país.

Em 2013, Morales tentou mudar as normas de reeleição, argumentando que deveria concorrer a um terceiro mandato visto que o primeiro não contaria, pois ocorreu antes das mudanças na lei eleitoral. A proposta foi vetada.

Em 2016, houve uma nova tentativa de modificar a constituição, mas a proposta foi novamente vetada por 51,3% dos eleitores. No entanto, em 2017, o Tribunal Constitucional liberou o presidente de concorrer à reeleição.

A eleição ocorreu no ano de 2019, Evo Morales venceu com 47,07% dos votos enquanto seu opositor, Carlos Mesa, ficou com 36,51%, com uma diferença de 10,56% (pela legislação boliviana é necessário vencer com mais de 40% e com diferença de 10% entre os candidatos). O clima na política boliviana, já ruim, apenas piorou com a vitória de Morales, sendo acusado de fraude pela oposição.

Como já explicado, o “giro descolonial”, marca uma nova fase nos governos de esquerda na América Latina, a chamada “onda rosa”. As mudanças tomadas demonstram o rompimento com o sistema colonial europeu e a dominação imperialista estadunidense no continente. A utilização de um símbolo como a pifa-la, sendo utilizada como segunda bandeira oficial do Estado boliviano, apenas mostra essa ruptura e o retorno das autonomias e os direitos conquistados sobretudo pela população indígena do país.

A ascensão da oposição boliviana mostra um padrão que corre por todo o mundo. Esses novos governos se utilizam da religião, principalmente pentecostal, que se torna muito mais presente na vida política, nas mídias sociais e carismáticas para o público. As igrejas pentecostais se mostram muito mais envolvidas nas questões políticas do país.

O discurso da oposição apenas ressalta o descaso com a minorias do país e de cumprir a constituição vigente.

Sue Iamamoto afirma que o desgaste no governo de Morales, junto das consequências de não conseguir agradar a oposição, onde se aproveitaram da fragilidade governamental para emplacar pautas conservadoras, se utilizando principalmente da utilização da religião como arma contra o governo.

Em entrevista ao jornal Agência Pública, Iamamoto ainda descreve a mudança da figura da oposição, antes marcada pela presença de Carlos Mesa, agora focada em Luís Fernando Camacho que se caracteriza por um discurso extremamente religioso e negando todo o processo democrático conquistado na sociedade boliviana.

O próprio Camacho, após a deposição de Morales, ao entrar no palácio do governo, rezou. Dias antes, na cidade de Santa Cruz, decretou: “Não estou indo com as armas, mas com minha fé e esperança, uma bíblia na mão direita e sua carta de renúncia na esquerda.”

O sociólogo boliviano Júlio Córdova disse ao jornal El País “à medida que avança a agenda de direitos para as mulheres e diversidades sexuais, a reação conservadora religiosa fica mais visível e com potência de influir nas eleições do futuro.”

Para ele, se perdeu a postura de separar religião e Estado, onde a prática religiosa é uma “instrumentalização” política de sua fé como oportunidade para chegar ao Estado.

A crescente manifestação religiosa por parte da oposição leva a outro ponto crítico, o racismo contra indígenas. A implementação desse discurso religioso tem como base principal a crítica a liberdade religiosa proposta pela constituição de 2009, a fé praticada não só por indígenas, mas quaisquer outras comunidades ou minorias religiosas do país entra em risco, principalmente quando se coloca em choque com questões em que a religião não deveria influenciar.

A renúncia de Evo Morales e do vice Álvaro García em 10 de novembro de 2019, marca um ponto de inflexão na história política do país e também nos debates contemporâneos sobre democracia e soberania popular. A autoproclamação da senadora Jeanine Añez como presidente interina da Bolívia. Em seu discurso de posse, disse: “Deus permitiu que a bíblia voltasse a entrar no palácio. Que ele nos abençoe”.

O discurso de Añez é mais do que apenas uma proclamação de sua fé pessoal, ela representa uma explícita tentativa de restauração da hegemonia cristã e do pacto eurocêntrico enraizado na elite branca e mestiça boliviana. Representa uma

oposição ao projeto plurinacional do governo de Morales. Bourdieu (2012), denomina tal ato como violência simbólica onde se utiliza de símbolos (nesse caso, a Bíblia ou a religião) como forma de reafirmação das estruturas de dominação e exclusão histórica.

Essa tentativa de restauração opera como uma reação à laicidade do Estado e ao reconhecimento das outras espiritualidades e culturas indígenas promovidas pela Constituição de 2009. A Carta representa uma tentativa de deslocar o eixo da legitimidade estatal para inclusão de sujeitos historicamente silenciados, que nesse caso são os povos indígenas, camponeses e outros movimentos sociais.

Como foi apresentado, as propostas enfrentaram uma série de resistências. A crise política de 2019 evidencia as tensões não resolvidas entre a democracia liberal e uma democracia comunitária proposta pelos povos originários. A retirada da wiphala dos prédios públicos, ataques aos líderes indígenas e o discurso religioso e conservados são claras demonstrações da tentativa de retorno de um Estado com moldes coloniais.

Portanto, a liderança de Evo Morales não deve ser analisada de forma binária, dividida entre sucesso ou fracasso. A gestão de Morales expressa as dificuldades históricas na construção de um Estado plural em um continente marcado pela herança colonial, o racismo estrutural e a exclusão das comunidades indígenas.

O colapso do governo de Morales não representa apenas a queda de um líder, mas a sabotagem de um projeto que desafiou os moldes coloniais vigentes no país, e isso desperta reações daqueles que sentem que seus privilégios possam ser ameaçados.

A Bolívia segue sendo um espaço de disputa entre diferentes projetos de nação, e a memória recente de transição entre 2009 e 2019 permanece como um campo aberto para análise e reflexão crítica sobre os limites e as possibilidades de um Estado verdadeiramente plurinacional.

#### **4. Wiphala, simbologia e resistência ao golpe de 2019**

A trajetória histórica boliviana se caracteriza por profundas marcas resultadas pela desigualdade social, étnica e política, apagando as comunidades indígenas das atuações políticas do país. Formado por uma base colonial que marginaliza os saberes e apaga línguas e cosmologias. No entanto, na segunda metade do século XX e início do século XXI, as movimentações políticas indígenas se intensificaram com o surgimento de movimentos e partidos políticos indígenas, criação de teorias e conceitos que valorizam as epistemologias dessas populações.

É nesse contexto que símbolos como a wiphala e a chakana começam a aparecer em meio às manifestações políticas promovidas pelas comunidades indígenas bolivianas responsáveis por uma nova visão constitucional do país, onde a memória e a representação de símbolos são importantes para a mudança política e social do país.

Neste capítulo a proposta é analisar as disputas e resistências e como símbolos se tornam importante para a formação das movimentações políticas e como as manifestações em 2019 mostram tanto a violência quanto o apoio aos símbolos e as populações.

##### **4.1 Indianismo, Indigenismo e os movimentos sociais bolivianos**

O processo da formação de “identidade” se torna uma questão importante na Bolívia durante a segunda metade do século XX, quando os processos de movimentos políticos em prol dos direitos indígenas começam a aumentar, principalmente durante a década de 70 onde a onda neoliberal toma conta dos processos políticos e econômicos do mundo vigente.

Na Bolívia, dois conceitos se tornam base para movimentos políticos e sociais como fundamentos de suas teorias e suas aplicações práticas que podem ser confundidos, porém apresentam distinções em como se comportam em relação aos povos originários e a representação destes dentro da sociedade e política boliviana. De acordo com Fausto Reinaga:

El indigenismo era una corriente reivindicativa. El indianismo es un movimiento liberatorio. El indigenismo fue una idea pura de reivindicación. El indianismo es una fuerza política de liberación. Es más. El indigenismo fue un

movimiento del cholaje blanco-mestizo; en tanto que el indianismo es un movimiento indio, un movimiento índio revolucionario, que no se desea asimilarse a nadie; se propone, liberarse. En suma, indigenismo es asimilación, Integración en la sociedad blanco-mestiza; a diferencia de esto el indianismo es: el índio y su Revolución (REINAGA, 2010, p. 136).

O Indigenismo, dentro do conceito boliviano, se destaca pelos conjuntos de políticas e discursos produzidos por fora das comunidades indígenas, sendo produzidas por brancos e mestiços movidos pela ascensão comunista do início do século XX e que acabou ganhando força com a Revolução de 1952 trazendo consigo medidas que poderiam ser vistas como de extrema importância e que estaria colocando as comunidades originárias sob os olhares políticos, mas que na verdade, quando colocadas em práticas essas comunidades não estavam entre os principais beneficiados. “El comunismo boliviano no conoce el problema real del índio la cuestión india (REINAGA, 2010, p. 123)”

Para Reinaga, a formação do comunismo dentro da Bolívia e a teoria do Indigenismo apenas se utilizava do sujeito indígena para criar uma narrativa política sem de fato inserir e entender as questões dessas populações. O indígena era apenas um símbolo, uma espécie de personagem de um passado colonizado e que no contexto da revolução e do crescimento dos movimentos sociais, se utilizavam de suas lutas e dores como propaganda de ruptura contra o Estado colonial, mas sem de fato inserir esses grupos dentro do debate político e social.

Em contrapartida, Fausto Reinaga, importante escritor indígena boliviano da etnia quíchua, desenvolve outra teoria e ideologia em contraponto com o Indigenismo, o Indianismo. Reinaga propõem uma mudança de pensamento, já que para ele o Indigenismo não dava a voz necessária para os indígenas e a apenas a consciência política indígena seria responsável por uma revolução de fato. O Indianismo busca romper com o eurocentrismo e verdadeiramente inserir e dar voz às comunidades originárias, inseri-las dentro dos conceitos políticos e sociais do país.

A Revolução de 1952, movida pelo pensamento Indigenista e as políticas do MNR e de Paz Estenssoro, para Reinaga, se tornava um problema dentro da tentativa de construção de uma nova sociedade em ruptura com os moldes coloniais.

De certa forma, ambos os conceitos tentam de alguma maneira romper com o eurocentrismo e os moldes coloniais enraizados na sociedade, a diferença entre

eles é a maneira como se utilizam do maior grupo social do país que são os indígenas. Para Reinaga, o Indigenismo acaba reduzindo os indígenas a meros sujeitos e personagens heróicos de um passado, mas que tem a participação negligenciada dentro dessas novas mudanças promovidas. “El grito del índio, no es asimilación, es LIBERACIÓN” (REINAGA, 2010, p. 246).

A teoria de Reinaga favorece a criação de novos movimentos sociais, principalmente durante a década de 1970 como o Movimento Revolucionário Tupac Katari (MRTK), Federação Camponesa Tupac Katari (FCTK) e o Movimento Índio Tupac Katari (MITKA) com um olhar de fato para as comunidades indígenas. Foi com o movimento Indianista, entre as décadas de 1960 E 1980, que a wiphala começou a tomar força como um símbolo político.

#### 4.2 Wiphala e seu significado

Antes da invasão europeia no século XVI, o atual território onde hoje se encontra a Bolívia fazia parte de uma região chamada Collasuyo, uma divisão territorial e política do antigo Império Inca. Hoje, cerca de 62% da população boliviana se autodeclara como indígena, com cerca de 36 nações étnicas sendo reconhecidas pela Constituição de 2009.

Tabela 3 - Comunidades indígenas bolivianas

| <b>Etnia</b> | <b>Total</b> |
|--------------|--------------|
| Quíchua      | 49,5 %       |
| Aymará       | 40,6%        |
| Chiquitanos  | 3,6%         |
| Guarani      | 2,5%         |

Fonte: IWGIA – The International Work Group for Indigenous Affair

A tabela 3 traz uma relação entre as proporções de algumas comunidades indígenas da Bolívia. Percebe-se a predominância das etnias aimará e quíchua que juntas totalizam cerca de 90% da população indígena do país de acordo com a IWGIA.

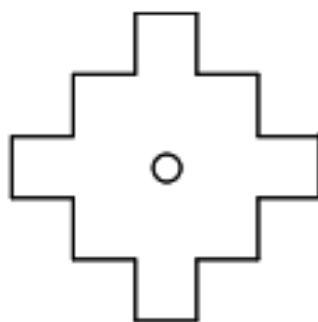
Logo após as etnias chiquitano e guarani vem a seguir, sendo seguidas de outras etnias que não estão presentes na tabela como os mojeños, chimanes, urus, toacanas, weenhayeks, araonas, yuracarés, baure e ayoreos que são grupos menos expressivos que que possuem uma baixa representação política ou que sofrem com o isolamento e vulnerabilidade como os ayoreos devidos as atividades de mineração ilegal em suas terras.

Com as etnias aymará e quíchua sendo as principais dentro das movimentações políticas, a wiphala acaba se protagonizando como símbolo de luta. Whiphala é uma palavra de origem aymara resultado de três sufixos:

- WI – Estender e fluir;
- PHA – substância e objeto;
- LA – flexível, fino, plano;

Acredita-se que a bandeira tenha sido baseada na chakana, uma cruz quadrada de origem quíchua, sendo ela encontrada em cerâmicas e tecidos de povos pré-colombianos e sendo ela uma parte importante da cosmovisão de muitas populações da região andina. Para Chevalier e Gheerbrant (2001, p.12) os símbolos formam desejos, incitam empreendimentos, modelam comportamentos e provocam êxitos e derrotas. A utilização destes, dentro de um novo cenário mostra uma nova remodelação comportamentais desses povos dentro das relações sociais. Estes símbolos continuam sendo importantes dentro das narrativas desses povos, mas agora também partem de um olhar de resistência e política.

Figura 3 - Chakana ou cruz andina



Formada por quatro braços e 12 pontas, representa os princípios do equilíbrio e os lados correspondem aos quatro pontos cardeais (norte, sul, leste e oeste), aos quatro elementos (água, ar, terra e fogo) é símbolo dos três mundos dentro da cosmovisão andina.

- Hanan Pacha – mundo espiritual;
- Kay Pacha – mundo terreno;
- Uka Pacha – mundo dos mortos.

O centro da cruz se encontra um círculo visto como o “umbigo do mundo” (Qosqo), que simboliza Cusco, o coração do Tahuantisuyo.

A wiphala tomou as ruas em 2019 como forma de mostrar apoio, não apenas a Evo Morales, mas também mostrando a força das comunidades indígenas contra os atos da oposição em relação a bandeira.

Figura 4 - Apoiadora de Evo Morales com a bandeira wiphala



Fonte: G1 por Henry Romero/Reuters

Na foto acima, uma mulher indígena carrega consigo a bandeira wiphala durante as manifestações de 2019 após a renúncia de Evo Morales, símbolo de uma luta contra a oposição que nega e abomina as raízes, crenças e luta das populações indígenas.

A wiphala, é outro símbolo importante dentro das movimentações políticas e sociais da comunidade boliviana. Ela é uma representação material da filosofia dessas populações, junto da chakana são símbolos importantes enquanto a vivência e representação dos saberes dos povos tradicionais. Formada por 49 quadrados

coloridos com uma faixa de quadrados brancos na diagonal, onde cada quadrado colorido possui um significado dentro das crenças indígenas.

- Amarelo – energia e a expressão da moral andina;
- Verde – economia e riqueza natural dos andes;
- Azul – o cosmo e os fenômenos naturais e as estrelas;
- Vermelho – representa a Pachamama, a Mãe Terra;
- Laranja – representa a sociedade e culturas;
- Violeta – a ideologia e política andina;
- Branco – representa o tempo;

A wiphala é um símbolo em movimento, ela se transforma de acordo com os contextos históricos. Ela volta como um símbolo importante como uma forma de representação não apenas política, mas também cultural para a mudança social proposta por movimentos da década de 1970. “As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas [...] que tendem a impor uma autoridade à custa de outros” (CHARTIER, 2002, p.17).

Para Silva Rivera Cusicanqui (2010) ela serve como uma alternativa de descolonização ao mesmo tempo que se deve tomar cuidado para que ela não se torne um símbolo “estético”. É preciso entender seu significado, entender sua luta e o que ela de fato está representando. Ela não é um símbolo de um partido político, mas de uma população marginalizada que luta para ser reconhecida e ouvida dentro da sociedade.

Desse modo, a análise cultural se torna fundamental para entender os processos pelos quais a wiphala se transforma em um símbolo de resistência e identidade ao mesmo tempo que se torna alvo dos setores conservadores da sociedade. Para Chartier:

Compreender estes enraizamentos exige, na verdade, que se tenham em conta as especificidades do espaço próprio das práticas culturais, que não é de forma nenhuma passível de sobrepostos ao espaço das hierarquias e divisões sociais (CHARTIER, 2002, p.28)

Neste sentido, a wiphala não possui um significado fixo, ela ganha esses sentidos através das questões sociais que a cercam. Logo, a História Cultural oferece ferramentas para compreender que símbolos são locais de conflitos e poder. Analisar

a wiphala diante dessa perspectiva mostra não apenas as camadas culturais, mas também as disputas políticas e de identidade que a coloca no atual cenário latino-americano.

### **4.3 A wiphala em 2019**

O ano de 2019 foi marcado por uma série de manifestações por quase toda a América Latina, principalmente na Bolívia, Chile, Equador e Argentina. A população mobilizada em prol das condições políticas foi às ruas de seus países. Algo em comum entre esses países, uma bandeira se misturava em meio às manifestações. A pifa-la tremulava, seja na Argentina ou na Bolívia, ela estava presente como um símbolo de luta daqueles sujeitos.

A renúncia de Morales em 2019 provocou uma série de reações, seja no cenário nacional ou internacional. Acusado de golpe pela oposição apoiada pelos Estados Unidos, Morales pediu a renúncia. A chegada da oposição ao palácio do governo, utilizando do discurso religioso, retirando, queimando e rasgando a wiphala dos prédios do governo foram o principal motivo da população se levantar e ir às ruas. Luís Fernando Camacho, líder da oposição, declarou: “A Pachamama nunca mais voltará ao Palácio de Governo”. Citada no discurso de Camacho, é a deusa da fertilidade e da vida na terra, também conhecida como Mãe Terra, uma das principais divindades dentro da cosmovisão andina. Atualmente, o dia 1 de agosto é comemorado como o dia de Pachamama, onde são feitos oferendas e rituais como forma de agradecimento a deusa.

A destruição da wiphala provocada por setores conservadores da sociedade boliviana durante as manifestações de 2019 constrói um cenário de disputa pela hegemonia simbólica na América Latina. Vai além de um ato de vandalismo, é uma recusa desses setores de reconhecer os lugares ocupados das populações originárias dentro da construção de identidade do Estado, Para Chartier:

Esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (CHARTIER, 2002, p.18).

Nesse sentido, a wiphala, enquanto uma representação coletiva dos povos andinos e um símbolo oficial do Estado, torna-se alvo de um projeto de apagamento da valorização da diversidade conquistada com a Constituição de 2009.

Figura 5 - Bandeira wiphala sendo queimada e rasgada pela oposição



Fonte: Contrapoder; 2021

A imagem acima, mostra civis e políticos que apoiavam a oposição, queimando e rasgando a wiphala. O ato é uma demonstração da violência simbólica e étnica que ataca diretamente as populações indígenas.

O ato não é simplesmente contra Morales, mas uma afronta à memória e a luta das populações originárias. Como já dito antes, a wiphala foi inserida como símbolo do novo Estado Plurinacional, que para a oposição se resumia apenas a um símbolo do MAS, partido de Morales, que para eles justifica os atos cometidos.

Em contrapartida, indígenas, apoiadores ou não de Morales, foram às ruas reafirmando que os ataques à bandeira eram um ataque às comunidades indígenas e a toda a luta e direitos conquistados ao longo das décadas. A wiphala não se caracteriza como um símbolo partidário, ela é um símbolo político de luta das comunidades indígenas além da Bolívia.

A reação dos setores conservadores da sociedade apenas evidencia como a presença indígena dentro do espaço público ainda é incômoda para a elite boliviana

que continua a reproduzir e manter os modelos coloniais de dominação e exploração dessas comunidades.

O governo interino de Añez foi marcado por fortes repressões contra as manifestações a favor de Morales. O ano de 2019 deixou marcado na história boliviana massacres ocorridos ao sul de La Paz no dia 11 de novembro de 2019. Um relatório produzido pela Defensoria do Povo da Bolívia em 2020 traz informações sobre a violência cometida pelo governo de Añez.

Figura 6 - Policia e Militares contra manifestantes em Chapare



Fonte: Veja, 2019

De acordo com o relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 37 pessoas perderam suas vidas, além de constar no relatório a utilização do decreto 4078 que exonerava militares de suas responsabilidades penais.

Morales declarou em suas redes sociais “Para justificar o golpe, Mesa e Camacho nos acusaram de ‘ditadura’. Agora sua ‘presidenta’ autoproclamada e seu gabinete de advogados defensores de violadores e repressores, massacra o povo com as Forças Armadas e a policia como a verdadeira ditadura” (Veja, 2019). A polarização se intensificou, revelando a crise estrutural do Estado boliviano, este que permanece vulnerável ao racismo estrutural, a influência externa e interna.

O golpe expôs as fragilidades da democracia boliviana ao mesmo tempo que reascendeu as tensões étnicas e sociais que se mantiveram “adormecidas”, mas que na verdade nunca desapareceram.

Estes episódios revelam a permanência da lógica colonial e autoritária, a repressão nas manifestações foi dirigida principalmente contra as comunidades indígenas e de setores populares. A agressão contra esses setores da sociedade apenas evidencia que a ascensão do primeiro presidente indígena não foi suficiente para desestruturar os mecanismos de exclusão, racismo e repressão que estão enraizados desde os períodos coloniais e da primeira fase da república.

Para esses setores da sociedade, a ascensão política indígena a política e sociedade foi vista como uma ameaça aos interesses da classe dominante que mantém as normas tradicionais. A remoção da wiphala mostra uma tentativa de apagar a participação dessas comunidades dentro do âmbito público e assim conseguir novamente “apagar” da história do país.

Na Bolívia, a valorização de símbolos e criação de novas teorias que são de principais importâncias para avaliar como o indígena é visto dentro da sociedade. Não apenas como um simples sujeito minimizado aos atos de violência do seu passado, mas sim pessoas de diferentes etnias, com diferentes línguas, culturas e saberes que devem ser respeitados e protegidos.

A resistência se torna a principal forma de reaver essas questões, as denúncias propostas fazem com que se possa analisar de fato como a sociedade, políticos e estudiosos começam a tratar não apenas como sujeitos heroicos de um passado distante, mas como membros de uma sociedade que merecem ter seus direitos conservados dentro da sociedade.

Os eventos de 2019 não devem e nem podem ser analisados de forma isolada, eles refletem uma perspectiva mais profunda sobre o país na qual um projeto está em disputa dentro da Bolívia. De um lado se tem uma nação plurinacional e democrática, que se firma nas políticas e direitos das comunidades do país; do outro temos um projeto que tenta restaurar a ordem elitista onde silencia grupos marginalizados e fragiliza as estruturas democráticas e persiste na normalização do racismo e desigualdade social do país.

As manifestações de 2019 se encontram justamente na contramão da proposta de governo promovida após a Constituição de 2009 que definiria a Bolívia

como um país plurinacional, trazendo autonomia e proteção às comunidades indígenas, rompendo com o modelo monocultural e colonial.

Logo se conclui que a wiphala e a chakana não são simples símbolos, são representações de um embate político de uma nação que tenta excluir e silenciar populações tradicionais que é combatida por um projeto de inclusão, memória e justiça histórica.

E junto da jornada de Morales e o golpe devem ser analisados e compreendidos como uma capítulo da história contemporânea da Bolívia e que exige atenção sobre as rupturas no campo político e dos processos históricos que envolvem a construção do Estado.

Nesse sentido, esse capítulo buscou analisar os acontecimentos de 2019 reconhecendo as lutas das comunidades tradicionais e que seguem ativas e fundamentais para a construção de um futuro que busque justiça e representação, seja na Bolívia como no continente também.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a invasão espanhola no século XVI, passando pelos ciclos da exploração colonial, pela república e os regimes militares do século XX, os povos indígenas bolivianos enfrentam uma série de processos de marginalização e negação de suas humanidades e saberes. Entretanto, esses mesmos processos históricos demonstram uma série de métodos de resistências, organizações e reivindicações e dessa forma lutando para manterem vivas suas tradições, línguas e espiritualidade, essenciais para a formação de um novo projeto social.

É nestes contextos históricos, de luta e representação que a wiphala se vê ocupando um lugar central dentro das narrativas históricas indígenas, de símbolo religioso a símbolo de resistência, representando as cosmovisões dos povos andinos e a política desses mesmos povos.

É entre os processos de surgimento de partidos e movimentos indígenas que os símbolos entram como parte de um reconhecimento de luta dessas populações. Não estão ali apenas para representar um movimento, mas também que essas populações continuam a reconhecer, entender e utilizar seus saberes apesar de toda a tentativa colonial de apaga-las.

Em 2009, com a proposta de um Estado Plurinacional da Bolívia, a wiphala se torna não apenas um símbolo das diversidades étnicas e culturais do país, mas também das mudanças promovidas por esse novo modelo de Estado. Onde os saberes, as autonomias e a intelectualidade dessas populações estão inseridas e protegidas pela nova Constituição.

A ascensão de Morales em 2006 simboliza um novo momento para a história do país, sendo o primeiro presidente indígena da Bolívia e representando, de alguma forma, o rompimento com os séculos de dominação e exclusão das comunidades tradicionais do âmbito político e social.

As propostas da nova Constituição não agradaram a todos os setores da sociedade, para a elite boliviana – que ainda mantinha os moldes coloniais tanto na política quanto na exploração, via os direitos conquistados dessas populações como uma ameaça aos seus interesses.

As manifestações de 2019 evidenciam como essas questões de interesses da elite bate de frente com as medidas governamentais e mudanças constitucionais como questão de terra, a proclamação do Estado laico e a autonomia das comunidades indígenas, além de questões culturais dessas populações como o cultivo e uso da coca que acabam sendo mal vistos por setores conservadores.

Com isso, a proposta desse trabalho era de debater dois pontos: O Estado Plurinacional boliviano e as mudanças que ocorrem com ele, e o segundo ponto sobre como a wiphala se torna um símbolo de tamanho impacto dentro das manifestações políticas do país e o debate com o golpe de 2019.

A wiphala, símbolo desses processos, é a base para a reflexão de uma nova visão que o país busca construir sob a valorização e diversidade das populações originárias, observando esses sujeitos como figuras importantes para a construção e entendimento histórico do país.

Ao longo deste trabalho, o principal ponto que se buscou analisar é de como a wiphala e sua simbologia se comportam dentro do contexto da busca e manutenção dos direitos indígenas. Um símbolo político, mas também um símbolo cultural antigo que se tentou apagar ao longo dos séculos de dominação.

Diminuí-la a um simples adorno político é negar tudo o que ela representa de fato, como se fosse apenas uma simples bandeira escolhida para ser símbolo de um partido, o que não aconteceu. A própria oposição reproduz esse discurso demonstrando não apenas a falta de entendimento quanto a tentativa de diminuir as atuações indígenas na política.

A compreensão da wiphala na Bolívia contemporânea é reconhecer a importância das disputas simbólicas dentro do cenário político. Símbolos se tornam importantes para a construção de uma identidade, e acabam servindo de mobilização.

A garantia e os avanços dos direitos indígenas devem ser preservados, outros países da América Latina demonstram certas políticas mediante essas questões, buscando seguir a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas que busca o reconhecimento dos direitos indígenas de forma individual ou coletiva, adotada em 2007. A declaração garante a essas populações o direito a saúde

e educação, as terras e aos recursos dessas, a participação política e proteção contra a discriminação.

A América Latina possui cerca de 45 milhões de indígenas, divididos em 826 comunidades com uma representação de 8,3% da população da região (CEPAL – 2014). Outros países da região, como Peru, Argentina, Chile, Colômbia e Equador e acabam sendo países onde as manifestações em prol dos direitos indígenas se tornaram frequentes.

Estes países em 2019 também foram marcados por uma série de manifestações não apenas contra governos, mas também contra políticas propostas que iam na contra mão de movimentos sociais, políticas neoliberais de exploração e contra aprovação de leis de exploração em terras indígenas (como exemplo o Peru).

Nesses países, a wiphala se torna presente nas manifestações, sendo ela mais evidente nas que ocorreram no ano de 2019. Ela mostra a conexão entre essas comunidades, a união em relação às lutas similares nesses países seja contra o desmatamento, invasão das terras indígenas, contra a mineração predatória e exploração.

Na questão boliviana, entender a wiphala é compreender o contexto político e histórico do país, vai muito além de uma simples bandeira, ela carrega memórias e denúncias da opressão vivida por essas populações.

Debater estas questões se tornam importantes pois da margem para pesquisar sobre questões semelhantes em outros países da América cuja populações indígenas são diariamente invisibilizadas e seus direitos pouco debatidos.

É possível uma expansão desse tema para trabalhar sobre essas questões dentro dos processos ditatoriais por exemplo, principalmente em países onde a repressão foi mais dura, mas debater sobre esses povos nessa temporalidade ainda é um pouco difícil.

As considerações finais deste trabalho não pretendem encerrar o debate, pelo contrário, pretende abranger o debate central. A análise contribui para o entendimento do protagonismo e das lutas indígenas na busca pelos direitos. A compreensão desse trabalho se dá com a ampliação do olhar crítico em relação a questões como essas e a ampliação dos movimentos sociais, não apenas na Bolívia, mas em todo o

continente americano, reforçando a importância do diálogo intercultural e a valorização de múltiplos saberes e narrativas.

## REFERÊNCIAS

"Nova Carta é muito mais inclusiva". *Folha de S. Paulo*, 25 jan. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2501200902.htm> Acesso em: 25/05/2025

**A saúde, a educação e a participação política dos povos indígenas melhoraram na América Latina na última década.** CEPAL. 22. set. 2014. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/saude-educacao-participacao-politica-povos-indigenas-melhoraram-america-latina-ultima> Acesso em: 25/06/2025

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A Revolução Boliviana**. São Paulo: Editora Unesp, 2007. 184 p.

BASPINEIRO, Roxana. **Um ano após massacres na Bolívia, familiares e vítimas relatam momentos de terror.** *Brasil de Fato*. 22. nov. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/22/um-ano-apos-massacres-na-bolivia-familiares-e-vitimas-relatam-momentos-de-terror/> Acesso em: 28/06/2025

**Bolívia: Constituição Política de 1880, 28 de outubro de 1880.** Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-CPE-18801028.html#norm> Acesso em: 12/04/2025

**Bolivia: Human Rights Organizations Publish Report to UN on the Sacaba and Senkata Massacres.** CELS. 05. mai. 2021. Disponível em: <https://www.cels.org.ar/web/en/2021/05/bolivia-human-rights-organizations-publish-report-to-un-on-the-sacaba-and-senkata-massacres/> Acesso em: 19/06/2025

BRUCE, Mariana. Ñaupax Manpuni **[Olhar o passado mirando o futuro]: o protagonismo indígena nas lutas populares da Bolívia (da comunidade ao Estado).** *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 20, n. 28, p. 364–401, jun./jul. 2020. DOI: 10.46752/anphlac.28.2020.3851.

CARMO, Maria. **Bolívia aprova a nova Constituição do país.** *BBC Brasil*, 09 dez. 2007. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/12/071209\\_boliviaconstituicao2ml](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/12/071209_boliviaconstituicao2ml) Acesso em: 04/03/2025

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Tradução de Maria Manuel Galhardo. Lisboa: Difel, 2002.

CRIALES, José Pablo. **Queima de bandeiras indígenas alimenta fratura da Bolívia depois da renúncia de Evo Morales.** *El País*, Cidade do México, 12 nov. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/12/internacional/1573524533\\_320421.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/12/internacional/1573524533_320421.html) Acesso em: 04/03/2025

CUSICANQUI, Silva Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores.** Buenos Aires: Tinta Limón Ediciones, 2010. 80 p.

DA COSTA, R. R. **O fundamentalismo cristão no golpe de estado boliviano - Fundação Perseu Abramo.** Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2019/11/12/o-fundamentalismo-cristao-no-golpe-de-estado-boliviano/>>. Acesso em: 31 mai. 2025.

FONSECA, Bruno; PINA, Rute. **Na Bolívia, direita religiosa entrou nos protestos de forma oportunista, diz pesquisadora.** 13. nov. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/11/na-bolivia-direita-religiosa-entrou-nos-protestos-de-forma-oportunista-diz-pesquisadora/> Acesso em: 29/05/2025

G1. **Em 2019, golpe militar na Bolívia fez Evo renunciar à Presidência.** 26 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/06/26/em-2019-golpe-militar-na-bolivia-fez-evo-renunciar-a-presidencia.ghtml>. Acesso em: 07/05/2025

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** São Paulo: L&PM, 2010. 400 p.

GONÇALVES, Chryslen Mayra Barbosa. **Símbolo da resistência histórica dos povos andinos.** *Brasil de Fato*, 04 abr. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/consciencia-pachamama/2024/04/04/a-consciencia-pachamama-e-uma-mudanca-de-olhar/> Acesso em: 25/05/2025

IWGIA – INTERNATIONAL WORK GROUP FOR INDIGENOUS AFFAIRS. Indigenous people in Bolivia. Disponível em: <https://iwgia.org/en/bolivia.html>. Acesso em: 31/06/2025

LA PAZ. **Constitución Política del Estado (CPE) (7-febrero-2009).** Bolívia. Disponível em: [https://www.oas.org/dil/esp/constitucion\\_bolivia.pdf](https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf) Acesso em: 02/05/2025

MAGALHÃES, J. L. Q. de. **Plurinacionalidade e cosmopolitismo: a diversidade cultural das cidades e diversidade comportamental nas metrópoles.** *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, [S. l.], n. 7, p. 201–214, 2009. DOI: 10.18759/rdgf.v0i7.84. Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/84>.

MAISONNAVE, Fabiano. **Bolívia vota hoje a Constituição que causou convulsão no país.** *Folha de S. Paulo*, 25 jan. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2501200901.htm> Acesso em: 04/06/2025  
MOLINA, Fernando. **O discurso dos pequenos ‘Bolsonaros bolivianos’.** *El País*, 20. out. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/19/internacional/1571518966\\_843982.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/19/internacional/1571518966_843982.html) Acesso em: 12/05/2025

MORENO-HASSLOCHER, Alejandro Marcel. **Bolívia e a questão indígena: da escravidão à cidadania plena.** *Revista Campo História*. [demais dados não informados].

NATIONAL MUSEUM OF THE AMERICAN INDIAN – SMITHSONIAN INSTITUTION. **El Universo Inka.** Disponível em: <https://americanindian.si.edu/caminoinka/inkauniverse/suyus/chinchaysuyu.html>. Acesso em: 06/06/2025

NÓBREGA, L. N. **Estado e autonomias indígenas na nova constituição da Bolívia.** *Tensões Mundiais*, [S. l.], v. 14, n. 26, p. 157–181, 2019. DOI: 10.33956/tensoesmundiais.v14i26.261. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/261>.

OLIVEIRA, Felipe dos Santos. **Bolívia: a questão indígena, a ascensão de Morales e o golpe neoliberal.** *Revista da Escola de Serviço Geológico Tricontinental (RESG)*, v. 1, n. 1, p. 1–17. Disponível em: <https://resg.thetricontinental.org/index.php/resg/article/view/76>

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Brasília: ONU, 2008. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao\\_das\\_Nacoes\\_Unidas\\_sobre\\_os\\_Direitos\\_dos\\_Povos\\_Indigenas.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf)

PASSARINHO, Nathalia. **Por que igrejas evangélicas ganharam tanto peso na política da América Latina? Especialista aponta 5 fatores**. *BBC News Brasil*, 22 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50462031> Acesso em: 12/06/2025

RAMOS, Danny; SEQUEIRA, Vivian. **Manifestantes fecham ruas da Bolívia em protesto contra reeleição de Evo Morales**. *G1*, 25 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/25/manifestantes-fecham-ruas-da-bolivia-em-protesto-contraa-reeleicao-de-evo-morales.ghtml> Acesso em: 31/06/2025

**Recopilación de leyes de los reinos de las Indias**. Disponível em: <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-93485.html> Acesso em: 13/03/2025

REINAGA, Fausto. *La revolución india*. La Paz: Fundación Amaútica Fausto Reinaga; Ministerio de Culturas y Turismo, Viceministerio de Descolonización, 2. ed., 2017. 470 p.

**Relatório aponta massacre de civis na Bolívia em 2019**. *UOL*. 18. Agt. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2021/08/18/relatorio-aponta-massacre-de-civis-na-bolivia-em-2019.htm> Acesso em: 28/06/2025

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. 538 p.

**Sobe para oito o número de mortos em confronto na Bolívia**. *Veja*, 16. nov. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/sobe-para-oito-o-numero-de-mortos-em-confronto-na-bolivia/> Acesso em: 09/06/2025

VALLE, Aline de Sousa Vasconcellos do. **MOVIMENTOS ÉTNICOS BOLIVIANOS E SUA LUTA PELO RECONHECIMENTO DE PRINCÍPIOS INDÍGENAS NO DIREITO ESTATAL**. *Revista de Movimentos Sociais e Conflitos*, Florianópolis, Brasil, v. 6, n. 1, p. 55–74, 2020. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2525-9830/2020.v6i1.6532. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistamovimentosociais/article/view/6532>.

WATANABE, Tatiane Anju. **Golpe na Bolívia em 2019: dependência e imperialismo**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2023.